

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias**

31 de dezembro de 2017

Com relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Sudeste



de Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2018.

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> Não auditado
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.1	3	1
Tributos Compensáveis		1	-
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Imobilizado	4.1	1.718	-
Intangível	4.2	18	-
Total do Ativo		<u>1.740</u>	<u>1</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		8	-
Total do Passivo		<u>8</u>	<u>-</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	6.1	1.732	1
Total do Patrimônio Líquido		<u>1.732</u>	<u>1</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>1.740</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015 (não auditado)	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	1	-	-	1
Saldo em 31 de Dezembro de 2016 (não auditado)	1	-	-	1
Aumento de Capital Social	1.731	-	-	1.731
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	7	(7)	-
Reserva para Investimentos	-	(7)	7	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1.732	-	-	1.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u> Não auditado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Redução (Aumento) de Ativos		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1)	-
	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores Setoriais	8	-
	<u>8</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(1.718)	-
Intangível	(18)	-
	<u>(1.736)</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.736)	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2	1
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1	-
No fim do exercício	<u>3</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

A Companhia encontra-se em fase de implantação, e a entrada em operação está prevista para fevereiro de 2022.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 8, para melhor entendimento do leitor.

3 Sumário das práticas contábeis regulatórias

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado,

dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa são classificados em “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

- **Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.
- **Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

- **Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.
- **Passivos financeiros:** A Companhia classifica fornecedores como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.
- **Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- **Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL. A Companhia ainda não iniciou sua operação comercial. O investimento previsto pela Agência Nacional de

Energia Elétrica (“ANEEL”) é de R\$ 485.841, com uma Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 101.020.

- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Imobilizado

4.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	-	1.718	1.718	1.718	1.718	-
Outros	-	1.718	1.718	1.718	1.718	-
Total do Ativo Imobilizado	-	1.718	1.718	1.718	1.718	-

4.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Curso						
Transmissão	-	18	18	18	18	-
Softwares	-	8	8	8	8	-
Outros	-	10	10	10	10	-
Total do Ativo Intangível	-	18	18	18	18	-

- 4.3** A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
A Ratear	1.440	1.440
Desenvolvimento de Projetos	278	278
Total das Adições	1.718	1.718

- 4.4** As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 474 de 2012 são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5 Ativos Financeiros

5.1 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	3	3
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	3	3
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	1	1
9.1.4	Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	2	2

6 Patrimônio Líquido

6.1 Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.732, representado por 1.731.894 ações ordinárias, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	1.732	100,00	1.732	100,00
Membros do Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00
	1.732	100,00	1.732	100,00

6.2 Reservas de lucros

	31/12/2017
Reservas de lucros	
Reserva legal	7
Outras	(7)
	-

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outras: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

7 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

8 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.1	3	-	3	1	-	1
Tributos Compensáveis		1	-	1	-	-	-
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	1.951	1.951	-	-	-
Imobilizado	4.1	1.718	(1.718)	-	-	-	-
Intangível	4.2	18	(18)	-	-	-	-
Total do Ativo		1.740	215	1.955	1	-	1
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		8	-	8	-	-	-
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Tributos Diferidos		-	73	73	-	-	-
Total do Passivo		8	73	81	-	-	-
Patrimônio Líquido							
Capital Social	6.1	1.732	-	1.732	1	-	1
Reservas de Lucros	6.2	-	142	142	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido		1.732	142	1.874	1	-	1
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.740	215	1.955	1	-	1

	31/12/2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	1.736	1.736
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	215	215
	-	1.951	1.951
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	-	1.951	1.951
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Custo de Implantação de Infraestrutura	-	(1.736)	(1.736)
Resultado da Atividade	-	215	215
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	-	215	215
Despesa com Impostos sobre o Lucro	-	(73)	(73)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	-	142	142
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores	-	142	142
Acionistas Não Controladores	-		-
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	-		0,081991
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	-		0,081991
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	-		0,081991
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias	-		0,081991

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

8.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

8.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

8.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura: A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

8.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

8.1.1.3 Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

8.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

8.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
		Não auditado
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	1.874	1
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(215)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	73	-
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	1.732	1

8.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	142
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(215)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	73
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	-